



## TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

### - PLANO DE PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO FISCAL E OUTRAS AVENÇAS

#### DAS PARTES

A UNIÃO, apresentada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993;

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS, apresentado nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, nos termos da Resolução CCFGTS n. 974/2020, doravante denominados “FAZENDA NACIONAL”, e devedora abaixo qualificada:

SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGÉ, CNPJ 87.408.845/0001-07, estabelecida na Rua Gomes Carneiro, nº 1350, Bagé/RS, CEP: 96.400-1, devidamente representada pelo/a gestor/a Carlos Eduardo Oliveira dos Santos [REDACTED]

Com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN n. 6.757, de 29 de julho de 2022, as partes FIRMAM a presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, que tem como objeto os débitos e garantias relacionados neste documento anexos, por meio do qual fica acertado que:

#### DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 04/10/2023, que se encontram sem causa de suspensão da exigibilidade (débitos ativos), em face do devedor acima relacionado, por meio de parcelamento da dívida ativa da União e do FGTS inscrita sob os seguintes números:

#### ANEXO I – DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

#### ANEXO I – DEMAIS DÉBITOS

#### ANEXO II – DÉBITOS DO FGTS

PARÁGRAFO ÚNICO Excluem-se desta transação as inscrições não contempladas nos ANEXOS I, II e III, que se encontram, em 04/10/2023, com a exigibilidade suspensa.

CLÁUSULA 2ª. O devedor aceita as condições para o parcelamento do débito fiscal, e assume as seguintes obrigações:

I - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

II - não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

III - declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

IV - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

V - efetuar o compromisso de cumprir as exigências e obrigações adicionais previstas na Portaria PGFN n. 6.757/22 e na proposta;

VI - declarar, quando a transação envolver a capacidade de pagamento, que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

VII - manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VIII - regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação.

§1. Os documentos e declarações exigidos pelo artigo 50 da Portaria PGFN nº 6.757/22 foram apresentados pelo devedor e estão devidamente arquivadas no processo administrativo nº 10.145.100154/2023-12, constante do sistema eletrônico de informações (SEI/ME).

CLÁUSULA 3. O devedor confessa de forma irrevogável e irretratável a dívida objeto da presente transação individual.

PARÁGRAFO ÚNICO. A confissão do caput produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, a cada pagamento efetuado.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA FAZENDA NACIONAL

CLÁUSULA 4ª. A Fazenda Nacional obriga-se a:

I. presumir a boa-fé do DEVEDOR em relação às declarações prestadas para celebração do acordo;

II. notificar o DEVEDOR se verificada hipótese de rescisão da transação;

III. tornar pública a transação, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

**DO PARCELAMENTO e PAGAMENTOS**

CLÁUSULA 5ª. Considerando: (a) a situação econômica do DEVEDOR, aferida a partir de informações econômico-financeiras declaradas pela Parte ou por terceiros à Fazenda Nacional ou a outros órgãos da Administração Pública e (b) a perspectiva de resolução de litígios, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da dívida transacionada:

§1º As inscrições indicadas no Anexo I (débitos previdenciários) serão objeto de plano de pagamento em 60 (sessenta) amortizações mensais e sucessivas, sendo concedido o desconto médio que poderá chegar a 41,00%, observados os limites dos §§ 2º e 3º do art. 11 da Lei n. 13.988/20.

§2º O plano relativo às inscrições indicadas no Anexo I (demais débitos) prevê o pagamento em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, conforme os valores estipulados, sendo concedido o desconto médio que poderá chegar a 41,00%, observados os limites do §3º do art. 11 da Lei n. 13.988/20.

§3º O escalonamento será nestes percentuais:

Faixa	Parcela Inicial	Parcela Final	Qtd prestações	Percentual da parcela	Percentual por faixa	Valor por parcela	Valor total faixa
1	1	12	12	0,33%	3,960%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	13	24	12	0,400%	4,800%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	25	36	12	0,500%	6,000%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	37	144	108	0,78%	84,240%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	145	145	1	1,000%	1,00%		
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
			145		100,000%		R\$ 0,00

CNPJ		#REF!					
UNIDADE		#REF!					
MODALIDADE		Débitos Previdenciários					
Informações para o cálculo das prestações							
Valor Consolidado			Desconto		Valor consolidado após descontos		
			#REF!				
Faixa	Parcela Inicial	Parcela Final	Qtd prestações	Percentual da parcela	Percentual por faixa	Valor por parcela	Valor total faixa
1	1	12	12	0,330%	3,960%	0,00	0,00
2	13	24	12	0,400%	4,800%	0,00	0,00
3	25	36	12	0,500%	6,000%	0,00	0,00
4	37	59	23	3,550%	81,650%	0,00	0,00
5	60	60	1	3,590%	3,590%	0,00	0,00
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
			60		100,000%		R\$ 0,00

§4º As duas contas serão consolidadas conforme valores previstos nos anexo I. Concretizado o pagamento das primeiras parcelas serão as contas revisadas para conformação à capacidade de pagamento revisada (despacho SEI nº 363.466.28), adequando-se-as aos percentuais de descontos previstos nos §§ 1º e 2º, conforme orientação da Coordenação Nacional do SISPAR.

§5º O valor de cada amortização mensal nos casos dos §1º e §2º, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente termo até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§6º O pagamento das parcelas nos casos dos §1º e §2º deverá ser efetuado exclusivamente mediante DARF emitido pelo sistema de parcelamento da PGFN, através de acesso ao portal REGULARIZE, sendo considerado sem efeito, para qualquer fim, eventual pagamento realizado de forma diversa.

§7º O não pagamento da primeira parcela integralmente e na data do seu vencimento impede a consolidação da conta, gerando o cancelamento da transação.

CLÁUSULA 6ª As inscrições indicadas no Anexo II (débitos do FGTS) serão objeto de plano de pagamento: A) Contribuições Sociais - Lei Complementar nº 110/2001 - 30 (trinta) amortizações mensais e sucessivas, conforme valores estipulados no referido anexo, sendo concedido o desconto de 40,00% (Modalidade 4); B) Contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: 100 (cem) amortizações mensais e sucessivas, conforme valores estipulados no referido anexo, sendo concedido o desconto médio de 40%, com o pagamento integral da verba rescisória na primeira parcela (R\$ 297.101,23).

§1º o montante devido aos trabalhadores, nos termos do art. 3º da RCC974/2021, não sofrerá descontos.

§2º A PGFN requisitará à CAIXA a operacionalização da transação nos sistemas da empresa pública, informando, dentre outros dados, o e-mail indicado pelo representante legal do devedor;

§3º O valor devido será pago mediante documento de arrecadação do FGTS que será obtido nos sistemas da CAIXA – através de acesso ao Portal Conectividade Social ICP da Caixa Econômica Federal (<https://www.caixa.gov.br/empresa/conectividade-social>) conforme orientação que o proponente receberá via mensagem eletrônica.

§4º O não pagamento da primeira parcela integralmente e na data do seu vencimento impede a consolidação da conta e gerará o cancelamento da transação.

§5º Para os débitos e FGTS, considera-se inadimplente a parcela não paga na data de seu vencimento.

§6º As parcelas serão corrigidas de acordo com o estabelecido na Lei 8.036/90.

§7º O DEVEDOR se compromete a proceder à individualização dos valores recolhidos nas contas vinculadas dos respectivos trabalhadores, conforme determinam o art. 5º da Resolução CC/FGTS n. 974/2020 e art. 15 da Lei 8036/90.

## DOS PROCESSOS JUDICIAIS E IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA 7. O DEVEDOR expressamente desiste das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais, embargos ou exceções de pré-executividade que tenham por objeto os débitos relacionados nos Anexos I, II e III, e renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, não se opondo, no caso de ações judiciais, à extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 do Código de Processo Civil.

§1º A desistência e a renúncia de que trata o caput eximem o DEVEDOR do pagamento dos honorários advocatícios devidos nos embargos à execução que tratam da dívida ativa das e custas processuais devidos.

§2º Os valores eventualmente bloqueados em Juízo até a data da assinatura deste termo nas execuções fiscais ajuizadas serão utilizados para a amortização da dívida negociada, sem prejuízo do cronograma dos pagamentos definidos nos anexos, especialmente a primeira parcela. As amortizações seguirão a regra definida na Lei Federal nº 9.703/98, ou seja, serão transformadas em definitivo, considerada a data dos depósitos, sem o aproveitamento dos descontos acordados.

§3º O valores de eventuais precatórios federais liquidados no curso do prazo desta transação, titularizados pela proponente, serão obrigatoriamente destinados à quitação dos saldos devedores das contas do FGTS, da Dívida Previdenciária e dos Demais Débitos, nesta ordem.

§4º O precatório nº 23710003459, expedido nos autos nº 5002730-30.2018.4.04.7109, com valor originário de R\$ 988.460,47, titularizado pela proponente, será indicado à penhora pelo hospital para a quitação do saldo das contas do FGTS nos autos nº 50040873720214047110.

CLÁUSULA 8ª. O saldo devedor transacionado poderá ser amortizado mediante a utilização de créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado ou de precatórios federais eventualmente obtidos pelo DEVEDOR, nos termos da Portaria PGFN 10.826, de 21 de dezembro de 2022, mediante a sistemática lá estabelecida.

CLÁUSULA 9ª. Caberá ao DEVEDOR o peticionamento nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração da transação individual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura deste termo.

## DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 10. O DEVEDOR oferece, com a finalidade de garantir a dívida contemplada na presente transação, as garantias do Anexo III deste termo, compostas pelos imóveis matrículas nº [REDACTED] do Cartório de Registro de Imóveis de Bagé/RS, avaliados em R\$ 50.662.000,000 (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e dois mil reais), mantidas as penhoras atualmente existentes nas execuções fiscais ajuizadas pela União Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos da Lei Federal nº 14.334, de 10 de maio de 2022, e, enquanto mantida a certificação prevista na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a eventual expropriação dos imóveis restringir-se-á, na hipótese de rescisão do presente acordo, à cobrança exclusivamente das contribuições previdenciárias, nos termos da exceção legal.

CLÁUSULA 11. O DEVEDOR obriga-se, durante a vigência da presente transação individual, a manter em dia o pagamento de todos os impostos, taxas e demais tributos e emolumentos, ainda que decorrentes de depósito ou custódia, federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre os bens dados em garantia.

CLÁUSULA 12. Incidindo o DEVEDOR em alguma das hipóteses de resolução da presente transação individual, poderá a União requerer judicialmente a adjudicação dos bens ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 13. No caso de desapropriação total ou parcial de quaisquer bens ou direitos, fica a UNIÃO, pelo presente, nomeada e constituída procuradora do respectivo proprietário com cláusula em causa própria com poderes para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, o DEVEDOR obriga-se a pagar a diferença existente, respeitando-se o plano aqui ajustado. Fica, ainda, a UNIÃO nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização, sem prejuízo da possibilidade de ingressar como litisconsorte.

CLÁUSULA 14. Ocorrendo perecimento, depreciação ou deterioração que cause redução significativa do valor de qualquer bem oferecido em garantia, compromete-se o DEVEDOR a substituir ou reforçar a garantia com outros bens, a critério da PGFN, no prazo de 30 (trinta) dias da intimação, sob pena de rescisão da presente transação individual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se redução significativa a que retirar mais de 25% do valor do bem oferecido em garantia.

CLÁUSULA 15. As eventuais despesas com a lavratura deste instrumento, sua averbação nos órgãos de registro, ou com o registro de penhoras

e hipotecas, são de exclusiva responsabilidade do DEVEDOR, que se obriga a promover junto aos registros públicos os atos previstos em Lei, caso haja negativa do Juízo competente em promover ditos registros, sob pena de rescisão da transação, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

#### **DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**

CLÁUSULA 16. Implicará a rescisão da avença, com a imediata execução das garantias:

I - a falta de pagamento de três (3) parcelas consecutivas, ou, seis parcelas alternadas;

II - a constatação, pela União, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial por parte do DEVEDOR;

III - o não pagamento de prestações de débitos incluídos em parcelamentos e de débitos que venham a se tornar exigíveis durante a vigência da transação, inscritos ou não em dívida ativa da União;

IV - a não indicação das garantias, nas execuções fiscais indicadas, no prazo de 30 dias contados da assinatura do presente termo;

V - a decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial;

VI - a concessão de medida cautelar em desfavor do devedor, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

VII - a deterioração, a depreciação e o perecimento de bens incluídos no acordo para fins de garantia, caso não haja o seu reforço ou a sua substituição, no prazo de 30 (trinta) dias, após a devida intimação;

VIII - o descumprimento das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos;

IX - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

X - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

XI - a inobservância de quaisquer disposições previstas na Lei de regência da transação.

XII - a não individualização de valores recolhidos ao FGTS no bojo de transações firmadas pela PGFN, conforme previsto na cláusula 6ª, § 5º deste termo;

XIII - a perda do Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

XIV - O levantamento de quaisquer valores referentes a precatórios federais depositados em juízo (§§3º e 4º da cláusula 7ª) sem a consequente destinação à quitação dos saldos devedores das contas.

§ 1º. As parcelas das contas tributárias – demais e previdenciária - pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso I do caput.

§ 2º. As parcelas das contas de FGTS não pagas na data de seu vencimento são consideradas vencidas para fins de configuração da inadimplência do inc. III e IV do caput.

§ 3º. Nas hipóteses dos incisos I, II, III e IV, o devedor será previamente notificado para sanar, no prazo de 15 (quinze) dias, a situação ensejadora de rescisão da transação.

§ 4º. O desfazimento da transação individual não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito.

§ 5º. A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais;

§ 6º. O DEVEDOR será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação por meio eletrônico através do endereço eletrônico cadastrado na plataforma REGULARIZE da Procuradoria da Fazenda Nacional ou pela Caixa Econômica Federal, uma vez que a presente transação também contempla débitos de FGTS.

CLÁUSULA 17. O DEVEDOR poderá impugnar o ato de rescisão da transação, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da respectiva notificação, sempre pelo portal REGULARIZE, ainda que o pedido de rescisão seja oriundo da CAIXA.

PARÁGRAFO ÚNICO. Da decisão sobre a impugnação prevista no caput caberá recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

#### **DA CERTIDÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 206 CTN**

CLÁUSULA 18. As inscrições incluídas no plano de amortização da dívida contemplado pela presente transação individual não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor da DEVEDORA, conforme art. 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), desde que regulares (em dia) os pagamentos das parcelas.

CLÁUSULA 19. As dívidas de FGTS incluídas neste termo não constituirão impedimento à emissão de certidão de regularidade do FGTS, na forma da Lei 8036/90, c/c Decreto 99.684/90, desde que as obrigações aqui assumidas estejam em dia.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLÁUSULA 20. O DEVEDOR se obriga a apresentar sua situação econômico-financeira, por meio de demonstrações de resultados, anualmente, por meio do balanço contábil apurado sempre que a PGFN reputar oportuno, por meio de documentos e informações complementares com a demonstração do resultado do exercício.

CLÁUSULA 21. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelo DEVEDOR, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caberá ao DEVEDOR o adimplemento dos emolumentos decorrentes de eventual e anterior protesto cartorário (extrajudicial) das inscrições abrangidas pela presente transação, junto ao respectivo Tabelionato de Títulos.

CLÁUSULA 22. Cessarão os efeitos desta transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese de a presente transação ser declarada parcialmente nula, em âmbito judicial ou administrativo, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

CLÁUSULA 23. A presente transação e a interpretação das suas cláusulas não podem implicar redução do montante dos créditos inscritos, indicados nos Anexos I, II e III, em percentual maior do que o previsto na cláusula 5ª e 6ª, ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário.

Firmam as partes o presente para que produza os efeitos desejados.



ASSINATURAS.

**Credora**

União (Fazenda Nacional)

Mauro Moacir Riella Fernandes  
Procurador da Fazenda Nacional -  
ERTRA-4ª Região - Relator

Eduardo Cadó Soares  
Procurador da Fazenda Nacional  
ERTRA-4ª Região - Revisor

Gustavo Luvison Rigo  
Procurador da Fazenda Nacional  
ERTRA-4ª Região

Rafael Pedroso Colembegue  
Procurador da Fazenda Nacional  
ERTRA-4ª Região

Telma Gutierrez de Moraes Costa  
Procuradora da Fazenda Nacional  
ERTRA-4ª Região

Filipe Loureiro dos Santos  
Procurador da Fazenda Nacional  
Coordenador da ERTRA-4ª Região

Daniel Colombo Gentil Horn  
Procurador da Fazenda Nacional  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa

**Devedora**

Santa Casa de Caridade de Bagé -  
Carlos Eduardo Oliveira dos Santos - Presidente

SANTA CASA DE  
CARIDADE DE  
BAGE:87408845  
000107

Assinado de forma  
digital por SANTA  
CASA DE CARIDADE DE  
BAGE:87408845000107  
Dados: 2023.10.17  
16:51:33 -03'00'

EDUARDO MUNIZ  
Assinado de forma digital  
por MARCIA FERNANDA  
SEPULVEDA  
CARDOSO

JOSE CARLOS  
DELGADO LIMA  
Assinado de forma digital por  
JOSE CARLOS DELGADO LIMA

CARLOS EDUARDO  
OLIVEIRA DOS  
SANTOS



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moacir Riella Fernandes, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 11/10/2023, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Telma Gutierrez de Moraes Costa, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 11/10/2023, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pedroso Colembegue, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 11/10/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cadó Soares, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 11/10/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).